

GOVERNAMENTALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

Karla de Oliveira Santos¹

RESUMO

O presente trabalho é um recorte da análise bibliográfica da tese de doutorado, defendida em 2018, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, intitulada: A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos –AL. Este artigo parte da problemática: Como as políticas públicas educacionais tem incorporado os discursos de responsabilização e de qualidade presentes nos indicadores educacionais considerados satisfatórios na escola, sob a ótica da governamentalidade?. Delineando como objetivo geral para este artigo: Problematizar a partir do referencial teórico de Michel Foucault o conceito de governamentalidade presentes no discurso da qualidade e da responsabilização de resultados nas políticas públicas educacionais. Possui como arcabouço metodológico a abordagem qualitativa, almejando um processo de reflexão e análise da realidade, através da pesquisa bibliográfica, tendo como fontes: estudos focaultianos e de outros pesquisadores pós-críticos. Sendo assim, a escola torna-se lócus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis, a uma nova dominação política que garante a governamentalidade em termos modernos, tendo um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Governamentalidade, Políticas Públicas Educacionais, Escola.

INTRODUÇÃO

O conceito de governamentalidade é crucial para podermos entender como vêm se dando as articulações entre a administração estatal e as instituições educativas. Na medida em que as leis, as regulamentações, as diretrizes governamentais, as instituições educativas, os saberes especializados voltados para a infância visam produzir determinados modos de ser, pode-se perceber como tais propósitos se conectam com uma racionalidade política que atravessa a Modernidade (MARCELLO; BUJES, 2011, p. 60).

A seguir, faremos uma discussão acerca da compreensão do conceito de governamentalidade, a partir dos estudos do filósofo francês Michel Foucault e a relação entre a nova configuração do Estado governamentalizado e a elaboração e implementação das políticas públicas educacionais no Brasil.

¹ Doutora em Educação e Professora da Educação Básica de São Miguel dos Campos - AL, karlasmcampos@hotmail.com.

As discussões e análises apresentadas neste trabalho fazem parte de um recorte da tese de doutorado², defendida em 2018, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, intitulada: A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos – AL.

METODOLOGIA

A pesquisa parte da problemática: Como as políticas públicas educacionais tem incorporado os discursos de responsabilização e de qualidade presentes nos indicadores educacionais considerados satisfatórios sob a ótica da governamentalidade?

Diante do questionamento apresentado, delineamos o seguinte objetivo geral para este artigo: Problematizar a partir do referencial teórico de Michel Foucault o conceito de governamentalidade presentes no discurso da qualidade e da responsabilização de resultados nas políticas públicas educacionais.

Almejando buscar respostas para a problemática apresentada e a partir do objetivo geral delineado nesta pesquisa, foi necessário realizar escolhas de procedimentos metodológicos que estivessem alinhados com a perspectiva teórica que subsidia este trabalho.

A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em Reunião Plenária do dia 20 de janeiro de 2015, sob o processo nº 38534814.1.0000.5013.

Esta pesquisa possui a abordagem qualitativa, almejando um processo de reflexão e análise da realidade, através da pesquisa bibliográfica, tendo como fontes: estudos foucaultianos e de outros pesquisadores pós-críticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceituando o termo governamentalidade a partir dos estudos foucaultianos.

A governamentalidade desenha-se claramente nos estudos de Michel Foucault, no seu curso no Collège de France nos anos de 1977-1978, iniciada especificamente no

² A tese de doutorado recebeu financiamento da agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

dia 1º de fevereiro de 1978, depois publicada especificamente em sua obra *Segurança, Território, População* (1978).

Foucault (2008, p.143) elabora três afirmações para definir o que ele nomeou de governamentalidade:

1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e os instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) a tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou os séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

O termo “governo” remete a uma racionalidade política que centra sua atenção na “conduta da conduta” ou em outros termos, na previsão de um campo de possibilidades para a ação dos outros (Foucault, 1990), e para a ação do sujeito sobre si próprio.

Bert (2013), afirma que a governamentalidade é um poder incitativo, cuja ação é orientar e regular os comportamentos coletivos, mobilizando novos conhecimentos sobre a sociedade e sua evolução.

Na medida em que o governo pode ser definido enquanto técnica de condução das condutas, a governamentalidade deve ser entendida como regime de poder e como um campo estratégico permeado por relações de forças, no qual se entrecruzam ao tempo em que também se articulam práticas de governo, ou ainda; de regularização e estabilização das condutas. “A governamentalidade contemporânea supõe, então, que o Estado dê conta politicamente do todo e de cada um, o que implica em estratégias macro e micro políticas” (PRADO FILHO, 2006, p. 82).

Nesse sentido, a governamentalidade é a “arte de governar”. Ou seja, são tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens.

De acordo com Temple (2013), a governamentalidade é constituída por meio de um tripé de problematizações: soberania, disciplina e população, ou ainda, lei, disciplina e população. A autora pontua ainda que a arte de governar compõe o conjunto de técnicas e estratégias instituídas e aplicadas ao governo dos homens. As estratégias de poder são racionalizadas não apenas para a sujeição e objetivação, mas para atender aos desejos dos indivíduos, particularmente de como estes querem ser governados.

Contudo, a governamentalidade é definida como o conjunto de práticas e estratégias que os indivíduos livres utilizam para controlar ou governar a si mesmos e outras pessoas. Diz respeito a criticar, problematizar, inventar, imaginar e mudar a forma de pensar. Mas não é só isso, a governamentalidade não se limita a apenas técnicas disciplinares, mas repousa também sobre aparatos específicos de governo, de instrumentos e de dispositivos de segurança, verdadeiros instrumentos de regulação, mais importantes do que as leis do aparato jurídico e as disciplinas produzidas pelas instituições, entre elas; a escola.

Gallo (2015) apresenta o conceito de governamentalidade como:

[...] um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático (p. 337).

A governamentalidade opera com técnicas e métodos que garantem a condução dos homens e as orientações para a ação de governo do Estado sobre a população, almejando arregimentar artefatos de manutenção do próprio Estado. A população nesse sentido, acaba por se tornar o fim e instrumento do governo, para que se possa governar de forma racional e refletida.

Problematizações sobre a governamentalidade e sua relação com o Estado.

O Estado, na Modernidade, tornou-se um Estado de “governo”, cujo propósito é a arte de governar, processo histórico que Foucault (1990) chamou de a governamentalização do Estado moderno, com a introdução da arte do governo (entendido como a arte de bem dispor as “coisas” a fim de alcançar riqueza e progresso)

ao nível do Estado (GARCIA, 2010, p.448), as sociedades modernas não são apenas sociedades de disciplinarização, mas também de normalização, dos indivíduos e da população (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o Estado torna-se um Estado de governo, processo esse denominado por Foucault de governamentalização do Estado Moderno. A partir deste período, assistimos a introdução da arte do governo ao nível do Estado. Embora a arte de governar tenha aparecido a partir do século XVI, a Razão de Estado constituiu um obstáculo para o desenvolvimento da arte de governo até o final do século XVIII, quando fenômenos como a expansão demográfica, relacionados à abundância monetária e, por conseguinte; ao aumento da produção agrícola, funcionaram como processos que intervieram no desbloqueio da arte de governar (FOUCAULT, 2013).

De acordo com Silveira (2015), o Estado não é analisado do ponto de vista de um ideal jurídico ou filosófico, mas como um conjunto de mecanismos, práticas, saberes e instituições voltadas para o exercício concreto do governo de uma determinada população-território.

O governo é marcado pela regulamentação da vida da população, para isso, o Estado desenvolve um conjunto de estratégias, análises, cálculos, exames e estatísticas, que serão utilizados para o governo da população de forma racionalizada. É o estabelecimento de práticas que simultaneamente atingem a todos e a cada um, que adentram a vida privada e coletiva.

Segundo Foucault (2013), a governamentalidade tem a população como seu alvo principal e os dispositivos de segurança como seus mecanismos essenciais. Governar consiste em conduzir condutas e almas. Governar é governar as coisas. É uma maneira de atuar sobre um ou, ainda, vários sujeitos atuantes. É uma conduta que objetiva agir sobre outras condutas; que almeja incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar o comportamento dos sujeitos. Governar também implica na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na ação do sujeito sobre si próprio (FOUCAULT, 2013).

Ainda segundo o autor, a população é tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público e ainda representa um correlato de poder e objeto de saber (FOUCAULT, 2008).

De acordo com Gadelha (2009, p. 151):

[...] Trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, “literatura” de autoajuda, etc.

É necessário conhecer de forma sutil a população, para conduzi-la através de estratégias de poder e saber, processos e políticas de subjetivação, analisando seus anseios, criando desejos e ofertando. E para isso, o poder disciplinar é ressignificado nesta arte.

Para Bert (2013), os mecanismos de mercado são princípios fortemente regulatórios dos comportamentos humanos, da arte de governar própria do Antigo Regime – A razão do Estado. O liberalismo é consumidor das liberdades individuais que teve de produzir e de organizar. E ainda segundo Temple (2013), é por meio desta estratégia biopolítica que no liberalismo a noção de liberdade “natural” é politicamente criada e regulamentada. A ideia do governo liberal é a noção de uma ideia de um governo dos homens, por isso administra, sobretudo, as coisas que os homens querem, pensam e desejam.

Peters, Marshall e Fitzsimons (2004), apontam que Foucault baseia suas investigações sobre o governo em três conceitos: segurança, população e governo. E ainda afirmam:

Ele sustenta que houve uma explosão do interesse na “arte de governar” no século XVI, motivada por questões diversas: o governo de si mesmo (a conduta pessoal); o governo de almas (a doutrina pastoral); e o governo de crianças (a problemática da pedagogia). Foucault diz que a problemática do governo pode ser localizada na interseção entre duas tendências opostas: centralização do Estado e uma lógica de dispersão. Essa é uma problemática que propõe questões a respeito do como do governo, ao invés de sua legitimação, e busca “articular uma espécie de racionalidade que era intrínseca à arte de governar sem subordiná-la à problemática do príncipe e de sua relação com o principado do qual é lorde e mestre” (PETERS; MARSHALL e FITZSIMONS, 2004, p. 79).

É o nascimento de táticas totalmente novas, que a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. É a população que será levada em consideração nas observações do governo, primordial para se conseguir governar de forma racional e planejada. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia” (FOUCAULT, 2013, p. 426)”.

Nas palavras de Bert (2013), governar pessoas é um equilíbrio movente entre as técnicas que asseguram a coerção e procedimentos pelos quais o si, se constrói e se modifica a si mesmo. Para Foucault (2008), nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. O que se governa são sempre as pessoas, são coletividades, portanto, na ótica da governamentalidade, os homens é que são governados.

A arte de governar irá se revestir cada vez mais de uma dimensão técnica, fazendo uso de um tipo de saber, a economia política, e de tecnologias próprias e adequadas à gestão desse novo campo e/ou objeto de intervenção política, a população, como campo e objeto econômico (GADELHA, 2009). Essa arte inclui o estudo do governo de si, o governo dos outros e as relações entre o governo de si e o governo dos outros, possibilitando aos indivíduos livres, controlar a si mesmo e a outras pessoas, contribuindo para a criação de indivíduos governáveis, através do controle e da norma.

O objetivo da arte de governar é a perpetuação do próprio Estado e para isso utiliza-se táticas administrativas que produzem sujeitos e afetam a sua conduta, individualizando-os e normalizando-os de acordo com uma racionalidade política:

Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas de governamentalidade, as técnicas de governo tenham se tornado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitiu o Estado sobreviver (FOUCAULT, 2008, p.145).

O Estado torna-se um campo de disputa pelo controle dos instrumentos de normalização e hierarquização dos saberes, através da concepção e reformulação de

instituições como a família, a escola, o hospital e a universidade, que atuam no interior desses saberes, ordenando-os conforme critérios de objetividade estabelecidos no calor da luta cotidiana (SILVEIRA, 2015). Dessa forma, “O controle torna-se uma prática de governo que busca, através do conhecimento das atividades das pessoas, dirigir políticas e determinar os objetivos que devem ser alcançados (e desejados) por todos os indivíduos” (DEL PINO; VIEIRA; HYPÓLITO, 2009, p. 115).

No neoliberalismo, a arte de governar consiste em manter a autonomia do governo diante da impossibilidade de administrar a totalidade dos processos econômicos. Para tanto, a razão do Estado cria um espaço novo de atuação, que é a sociedade civil. Há ainda, a necessidade de flexibilização no modo de governar os indivíduos, que devem ser regulados, pois o importante para o Estado é o exercício do poder.

Veiga-Neto (2013), afirma que nessa conjuntura, para o neoliberalismo, os processos econômicos não são naturais e não devem ser deixados ao acaso. Os processos precisam ser ensinados, governados, dirigidos e controlados.

O sentido discutido por Foucault do termo governamentalidade ajuda a construir as ferramentas necessárias para entender a racionalidade política neoliberal, ou tal como aponta Garcia (2010), segundo o novo gerencialismo, que tem se constituído como a base das reformas do Estado e dos princípios mais gerais que tem orientado as reformas educacionais na atualidade.

No campo da racionalidade política, a governamentalidade deve ser analisada enquanto tecnologias de governo. Racionalidade esta, que dirige a intenção de obter resultados a custos mínimos ou previsíveis. “As racionalidades políticas modernas são formas de poder político referidas ao Estado e implicam em tecnologias de poder individualizador, que passam por regimes de verdade e conhecimento” (GARCIA, 2010, p.449).

Para Marshall (2011), nessa lógica, uma nova forma de racionalidade do Estado é exigida. Se o Estado precisa ser fortalecido e sua capacidade e meios para ampliá-lo devem ser estabelecidos, para que isso ocorra é necessária uma forma de conhecimento político, diferente das teorias políticas sobre a natureza do Estado e sua legitimação. A

governamentalidade exige, pois nada mais do que implementar princípios gerais de justiça, sabedoria e prudência. Torna-se necessário um certo conhecimento concreto, preciso e específico.

Segundo Gallo (2015, p. 337):

a maquinaria de uma governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade civil organizada, face ao Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa população como dever do Estado; e por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política.

Na contemporaneidade, a governamentalidade exerce um poder sobre a vida humana, no qual as estratégias são minimamente calculadas e detalhadas, como objetos de racionalidade política e controle social.

As Políticas Públicas Educacionais como espaço da governamentalidade na escola.

A década de 1990 é marcada por reformas no sistema educacional brasileiro, submetidas à nova ordem internacional e aos processos de globalização, atendendo a uma lógica que visa acolher apenas os interesses econômicos do mercado e produzindo, dessa forma, várias formas de exclusão social, propondo políticas que garantam a inserção e permanência de crianças no sistema público de ensino, sem uma preocupação real com uma qualidade educacional e social.

Algumas mudanças envolvem desde a organização de referenciais curriculares nacionais e a formação de professores, até investimentos financeiros para amplos programas em âmbito nacional e a nível local, destinados a cada escola de cada município do país, buscando uma maior eficiência, eficácia, efetividade, controle de qualidade e descentralização de responsabilidades.

Contribuindo com a discussão:

As novas formas de gestão e financiamento da educação constituem medidas políticas e administrativas de regulação dos sistemas escolares. Tais medidas surgem como soluções técnicas e políticas para a resolução de problemas de ineficiência administrativa dos sistemas escolares ou da busca de adequação e racionalização dos

recursos existentes, acompanhadas das ideias de transparência (prestação de contas e demonstração de resultados) e de participação local (OLIVEIRA; PINI; FELDFEBER, 2011, p.12).

Pensando acerca destas implicações, partimos do que afirma Cervi (2013, p. 37):

Avalia-se continuamente, apresentam-se os resultados almejados, propõem-se as reformas, criam-se as leis, organizam-se formações para aprender. Espera-se que quase todos estejam na escola por um tempo cada vez maior. Nela, o que está em jogo é ocupar todo o tempo, gestar a inteligência, acreditar na democracia, na participação; acreditar que se é livre, e autônomo, consumir e estar no fluxo.

Sendo assim, tem sido conduzido mudanças nos aspectos gerenciais das políticas públicas, recomendando a adoção de critérios de racionalidade administrativa como meio de resolução dos problemas, com políticas focalizadas e programas compensatórios dirigidos exclusivamente aos grupos pobres e vulneráveis para compor o núcleo da estratégia de reforma social (OLIVEIRA, 2008).

O modelo está alicerçado na busca de melhoria da qualidade na educação, entendida como objeto mensurável e quantificável em termos estatísticos e que poderá ser alcançada a partir de inovações incrementadas na organização e na gestão do trabalho na escola.

Segundo Peroni (2003, p.59),

A administração pública gerencial tem, como estratégias, a definição precisa de objetivos e a autonomia do administrador para gerir recursos humanos, materiais e financeiros. Mas essa autonomia é cobrada através de resultados, verificando-se se foram ou não atingidos os objetivos propostos no contrato.

Esse modelo, portanto, vem promovendo mudanças marcadas predominantemente pelos aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos, que tendem a ignorar os diferentes contextos da realidade educacional, favorecendo o controle social através da competitividade.

Sarmiento (2001) aponta que:

[...] as pulsões neoliberais propõem-se mudar a escola através da introdução de uma lógica concorrencial de mercado, com a abertura do espaço institucional público a formas privadas de gestão e a uma dinâmica de disputa dos “melhores” resultados, dos “melhores” alunos, pelas “melhores” escolas. Num caso e noutro, são excluídos todos aqueles que se distinguem dos padrões dominantes, gerando-se

dessa forma novas e mais flagrantes desigualdades escolares e sociais. (2001, p.24).

De acordo com os autores Peters, Marshall e Fitzsimons (2004, p. 89), “As verdadeiras especificações para a liberdade do indivíduo, que são proporcionadas pelas formas gerencialistas de educação, então não são nada mais do que um momento em um processo individualizante e totalizante, a governamentalidade”.

Os autores ainda ampliam a discussão do conceito de governamentalidade e sua relação com a educação afirmando que o novo gerencialismo funciona como uma tecnologia de governança emergente e cada vez mais racionalizada e complexa, que opera em diversos níveis: o individual (do estudante autogerido e professor), a sala de aula (técnicas de gestão da sala de aula), o programa acadêmico (com a promoção explícita dos objetivos de autogestão) e a escola ou instituição educacional (instituições autogeridas).

A partir do exposto, a escola vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos e as mentes das crianças.

As avaliações em larga escala e a Prova Brasil

No bojo das reformas educacionais da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as avaliações em larga escala foram centrais. Nesse período se desenvolvem programas de avaliação que visam determinar parâmetros de qualidade educacional quantitativos para todo o território nacional. Gradativamente foram implantados modelos de avaliação, aos quais, as unidades escolares e os sistemas de ensino, assim como docentes e discentes do país, foram testados com vistas à obtenção e análise de seus desempenhos. A Prova Brasil foi uma dessas iniciativas, passando integrar um sistema avaliativo. Este fenômeno também ocorreu em outros países da América Latina.

O Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) foi criado em 1995, pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (MEC).

Inicialmente tinha como foco o estabelecimento de escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, realizando testes por amostragem de cada unidade da federação das escolas públicas e privadas do Brasil. Em 2005 é reestruturado, criando-se a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil.

De acordo com informações no *sítio online* do INEP, a Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no SAEB. A Anresc (Prova Brasil), por sua vez, passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes nos anos finais de cada etapa do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) avaliadas, permitindo gerar resultados por escola, publicizando informações sobre o ensino oferecido em cada município e em cada escola, culminando em indicadores da educação.

De acordo com dados coletados no portal do Ministério da Educação, a Prova Brasil, é de caráter universal, homogênea e padronizada, tendo como objetivo auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando melhorar a qualidade do ensino.

Em 2007, é criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O indicador analisa o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, sendo estes entendidos como indicadores da qualidade da educação. É calculado com base no desempenho dos estudantes no SAEB/Prova Brasil e em taxas de aprovação. Ainda de acordo com o *site* do MEC, para que IDEB de uma escola ou rede pública alcance a meta estabelecida, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O discurso governamental é que até 2022, bicentenário da Independência do País, a “qualidade” da Educação Básica será garantida para todos os brasileiros.

Arroyo (2011, p. 35) aponta que:

As recentes políticas de avaliação centralizada quantitativa se dão por desempenhos, por etapas, para quantificar progressos, sequencias de

ensino-aprendizagem reforçarem lógicas progressivas, sequências rígidas, aprovadoras, reprovadoras de alunos e mestres.

A partir do exposto, a avaliação da educação escolar foi base estratégica da reforma educacional iniciada na década de 1990, tendo uma ênfase no discurso da qualidade, fundamentado nos famosos três “E” – eficiência, eficácia e efetividade. Qualidade esta, vinculada ao desempenho dos discentes do ensino fundamental, através de testes que medem suas proficiências, sendo a avaliação um instrumento de controle do trabalho escolar, promovendo um falseamento de uma noção de meritocracia, que invisibiliza as desigualdades existentes.

Oliveira e Feldfeber (2011) contribuem com a discussão afirmando que:

Tais avaliações têm servido em muitos casos, como instrumento de avaliação e controle do trabalho docente por meio da premiação aos professores cujos alunos apresentam desempenho satisfatório e o contrário, maior pressão e cobrança daqueles cujos alunos não apresentam bom desempenho (p.29).

As avaliações em larga escala geram uma racionalização voltada apenas para os resultados, que desconsideram os condicionantes intra e extraescolares, que influenciam diretamente na aprendizagem dos discentes. O que se observa é o foco em publicizar apenas resultados que se materializam através do rendimento ou desempenho dos alunos nas avaliações.

Desta forma, o poder indutor das avaliações pode cooptar os alunos que apresentam melhores desempenhos cognitivos ou ainda, excluir no processo de matrícula ou até mesmo no dia da aplicação da prova, os alunos com alguma deficiência ou que revelam dificuldades de aprendizagem, para evitar possíveis resultados ruins que a escola venha a apresentar.

Há uma ênfase por avaliação de resultados (e produtos) e conseqüentemente, desvaloriza-se a avaliação dos processos, como é o caso dos exames nacionais que reduzem a complexidade do processo educativo apenas ao que é mensurável. É preciso definir se a avaliação será instrumento de controle ou de desenvolvimento, de promoção do ser humano e da escola (SOUZA, 2009).

As avaliações e os que avaliam tensionam o currículo planejado pelos/as docentes, forçando-os/as a seguir os conhecimentos que caem na prova, tornando-os o currículo oficial imposto às escolas. Por sua vez, o caráter centralizado das avaliações tira dos docentes o direito a serem autores, sujeitos da avaliação do seu trabalho. A priorização imposta de apenas determinados conteúdos para avaliação reforça hierarquias de conhecimentos e conseqüentemente de coletivos docentes.

Há um controle sobre a conduta dos docentes, a partir das políticas de avaliação nacional. Como bem afirma Arroyo (2011, p. 49), “a política nacional de avaliação faz parte de uma ressacralização conservadora dos conteúdos, sobretudo daqueles reduzíveis a competências e habilidades mensuráveis, condicionantes do progresso da nação.”

Ainda segundo o autor, as políticas neoliberais com sua ênfase no treinamento e no domínio de competências e nas avaliações e classificações de alunos e mestres por domínios de resultados, voltam a expatriar a educação dos seus territórios, as escolas, os currículos e a docência (ARROYO, 2011).

A vida dos sujeitos (estudantes) não importa no processo avaliativo, ignorando a diversidade de suas experiências e delimitando alguns conhecimentos como válidos e universais. Assim, as avaliações nacionais acabam sendo um produto abstrato e descontextualizado da vida dos sujeitos. Reduzindo seu direito de ser criança, ao domínio de habilidades de leitura, escrita e matemática, desconsiderando seu desenvolvimento humano. Esse modelo de avaliação tende a se tornar formas de cooptação, forjando uma nova modalidade em ser criança no contexto escolar, contrário a uma perspectiva que visa destacar o seu reconhecimento enquanto sujeitos ativos e afirmativos de direitos.

A avaliação educacional está implicada em um jogo de interesses no qual expressa o projeto educacional do Estado. As avaliações em larga escala, acabaram tornando-se indicadores de sucesso ou fracasso das políticas educacionais, que muitas vezes são classificatórias e seletivas. Os resultados apresentados por estas avaliações conduzem gestores, a provocar mudanças qualitativas nos sistemas públicos de ensino. Como argumenta Sousa (2014), a partir de uma categoria elencada em seu trabalho:

Interpretação dos resultados obtidos pelos alunos nas provas como a principal evidência da qualidade de uma dada rede de ensino ou instituição. Ao se enfatizar os produtos em detrimento dos processos, bem como, ao não se considerar, nas análises dos resultados das provas, os contextos de produção e reprodução dos saberes escolares, difunde-se uma noção restrita de qualidade (p.411).

A partir do exposto, o que se observa é a redução da qualidade do ensino ao desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, controlando os resultados obtidos por cada escola deste país, selecionando as melhores, provocando um *rankeamento* entre elas. Os testes acabam controlando também o currículo, limitando as disciplinas a serem ministradas, e no caso específico da Prova Brasil, dando uma maior visibilidade para Língua Portuguesa e Matemática.

Os desempenhos dos alunos nas avaliações de larga escala, como expressão de qualidade, pouco a pouco vêm subsidiando diversas iniciativas de gestão das redes, que se apresentam em nome da promoção dessa qualidade. Sob o argumento da transparência, vêm se inserindo nos programas e planos governamentais, mecanismos que visam dar ampla visibilidade aos resultados das avaliações e, em alguns casos, responsabilização de profissionais ou da escola por esses resultados, traduzida na implantação de incentivos simbólicos ou monetários, com vistas à indução de mudanças. A alocação de recursos diferenciados para as escolas, como meio de premiação por bons resultados, revela a crença de que se a competição no interior das redes de ensino induz a melhores resultados. O mesmo pressuposto está presente em iniciativas de incentivos monetários aos profissionais das escolas. A busca por melhores resultados pode levar a escola [ou, talvez, já esteja levando] a investir mais intensamente nos alunos julgados com maior potencial de obtenção de melhores pontuações nas provas externas, mesmo que isso resulte em iniquidades (SOUSA, 2014, p.412).

Sendo assim, não se pode limitar a qualidade da educação, exclusivamente ao quantitativo da proficiência dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, desconsiderando aspectos internos e externos do contexto escolar e de vida dos sujeitos, responsabilizando escola, professores, estudantes e família por tais resultados.

Destarte, é necessário repensar o papel da avaliação, colocada como instrumento de desenvolvimento e promoção de supostos padrões universais de qualidade e problematizar que tipo de estudante, de cidadão, pode estar em jogo, no controle de suas condutas diante das avaliações em larga escala.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos observar que a gestão das políticas educacionais no Brasil, desde a década de 1990, tem incorporado a lógica do novo gerencialismo público nas práticas de gestão dos sistemas de ensino e das escolas nas três esferas administrativas da federação, que tem se baseado no discurso de ineficiência.

Sendo assim, o Estado é mínimo, quanto à sua intervenção no mercado econômico e financeiro, mas é onipresente e onipotente, como investidor de políticas – principalmente educacionais. Os sujeitos precisam ser educados dentro de determinados preceitos, que ressaltem o empresariamento de si, exigindo dedicação e formação para empreender-se e entrar no jogo econômico.

Cervi (2013), ao pensar a escola moderna e analisar os documentos oficiais das políticas públicas educacionais, afirma que o conjunto de tecnologia da governamentalidade difundiu a nova linguagem e a nova agenda para a educação, as quais se apoiam em conceitos como: liberdade, flexibilidade, competitividade, eficiência, descentralização, autonomia, democracia e gestão.

Segundo Arroyo (2011), as políticas neoliberais, possuem sua ênfase no treinamento e no domínio de competências e nas avaliações e classificações de alunos e mestres por domínios de resultados, que voltam a expatriar a educação dos seus territórios, as escolas, os currículos e a docência.

O que temos observado é um crescente modelo de educação liberal, conservador e despolitizado em nome de uma qualidade que está sendo a todo tempo negociada com os estudantes e os pais (comunidade escolar) para se obter desempenhos específicos de forma contratual, afim de cumprir as tarefas delegadas, sendo a escola um instrumento do mercado, que faz uso de técnicas que se distancia do conteúdo político da cidadania, preocupando-se com o ideário de consumo.

A escola torna-se lócus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis, a uma nova dominação política que garante a governamentalidade em termos modernos, tendo um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo.

Pensando acerca destas implicações, partimos do que afirma Cervi (2013, p. 37):

Avalia-se continuamente, apresentam-se os resultados almejados, propõem-se as reformas, criam-se as leis, organizam-se formações para aprender. Espera-se que quase todos estejam na escola por um tempo cada vez maior. Nela, o que está em jogo é ocupar todo o tempo, gestar a inteligência, acreditar na democracia, na participação; acreditar que se é livre, e autônomo, consumir e estar no fluxo.

A partir do exposto, a escola vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos e as mentes das crianças.

Em uma sociedade desigual e heterogênea como a brasileira, as políticas públicas educacionais devem desempenhar um papel relevante na formação do cidadão que vá além de torná-lo competitivo e consumidor frente à ordem mundial globalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 é marcada por reformas educacionais, que conduziram políticas públicas alicerçadas pelo neoliberalismo. Estas políticas tinham como foco além da descentralização de recursos financeiros e mudanças estruturais na gestão escolar, o currículo e a avaliação, trazendo implicações para as práticas pedagógicas, principalmente com o estímulo da competitividade entre as escolas de todo o país, através do ranqueamento imposto pelos organismos governamentais, que estabelecem metas a serem alcançadas por cada escola brasileira.

Nesse sentido, estas reformas são práticas globais que visam a mudanças nos padrões de regulação social e nos regimes éticos que capacitam os sujeitos para as relações sociais, como também incorporam sistemas de razão e conhecimento como práticas de inclusão e exclusão que produzem posições de sujeito, sistemas de classificações e distinções, que formam o horizonte ético do indivíduo consigo mesmo e com os outros (GARCIA, 2010). Ainda segundo a autora, estas reformas direcionam e guiam o trabalho escolar e docente, estabelecendo uma série de regulamentações, mobilizam discursos e tecnologias (como o currículo, a didática, modalidades de

organização e gestão escolar, etc.), tornando a alma e as capacidades humanas objetos de disputa e governo.

As políticas públicas incorporam avaliações em larga escala, como mensuração e comprovação da eficácia da qualidade da educação. No tocante ao ensino fundamental, a Prova Brasil e sua ligação com o IDEB, tem sido este vetor de qualidade, propagada nos discursos governamentais.

A Prova Brasil assume um papel primordial na busca por qualidade da educação, promovendo nas escolas públicas, uma série de estratégias para um bom desempenho de seus estudantes e alcance das metas estabelecidas pelo IDEB.

A responsabilização por parte de todos os atores envolvidos neste processo, impõe uma cobrança exacerbada por desempenhos de seus discentes, inclusive com a criação de incentivos para a melhoria do aprendizado, alcance de indicadores, pressão por parte das famílias e dos gestores para melhorias de resultados.

Nesse sentido, esta responsabilização por resultados satisfatórios, induz as condutas das crianças, famílias, professores e gestão escolar, criando estratégias de assujeitamento às determinações burocráticas e discursos oficiais para um desempenho satisfatório na Prova Brasil.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERT, Jean- François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade do controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

DEL PINO, Mauro Augusto Burket; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, Controle e Intensificação: Câmeras, Novo Gerencialismo e Práticas de Governo. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (int.rev.). 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

GALLO, Sílvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 329-343.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 15, n 45 set./dez. 2010.

MARCELLO, Fabiana de Amorim; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Ampliação do ensino fundamental: a que demandas atende? a que regras obedece? a que racionalidades corresponde? In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.37, n.1, 220p. 53-68, jan./abr. 2011.

MARSHALL, James. Governamentalidade e educação liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDFEBER, Myriam; PINI, Mônica Eva (orgs.). **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDFEBER, Myriam. Novas e velhas formas de regulação dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina. In: **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. OLIVEIRA, Dalila A.; PINI, Mônica Eva; FELDFEBER, Myriam (org.). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado: no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto Global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-Administração. In: BURBELES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Tradução: Ronaldo Catoldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 77-90.

PRADO FILHO, Kleber. **Michel Foucault: uma história da governamentalidade**. Rio de Janeiro: Insular e Archiamé, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA, Regina Leite; FILHO, Aristeo Leite (orgs.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro, DPA editora, 2001, pp 13-28.

SILVEIRA, Diego Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.57-83.

SOUSA, Sandra Kázia. **Concepções de Qualidade da Educação Básica forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala**. (2014). Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimentos, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 37-52.